

ORIGENS DA PROBLEMÁTICA TEÓRICA DA FALSA NOTÍCIA NO PENSAMENTO JORNALÍSTICO DA EUROPA E AMÉRICA

ORIGINS OF THE THEORETICAL PROBLEMATIC OF FAKE NEWS IN JOURNALISTIC THOUGHT OF EUROPE AND AMERICA

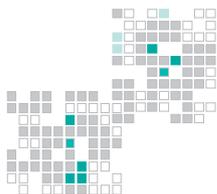
ORIGENES DE LA PROBLEMÁTICA TEÓRICA DE LA FALSA NOTICIA EN EL PENSAMIENTO DE EUROPA E AMERICA

192

Francisco Rüdiger

■ Doutor em ciências sociais pela Universidade de São Paulo. Mestre em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 18 livros de única autoria, 120 artigos em revistas científicas, 40 capítulos de livros.

■ Email: frudiger33@gmail.com



RESUMO

O artigo relativiza a novidade do fenômeno “*fake news*”, mostrando que sua problemática é intrínseca à história do jornalismo desde suas origens. O procedimento é o da história das ideias e considera dois cenários, o europeu e o norte-americano. A primeira seção examina o aparecimento da problemática, relacionando-a à questão da verdade. A segunda confere atenção à primitiva teoria da notícia dos chamados *nouvellistes*. A terceira examina a conjuntura que levou da admissibilidade estética do fenômeno ao seu questionamento moral e político no contexto de aparecimento do jornalismo informativo moderno.

PALAVRAS-CHAVE: NOTÍCIAS FALSAS: TEORIA; TEORIA DO JORNALISMO: NOTÍCIAS FALSAS; HISTÓRIA DO PENSAMENTO JORNALÍSTICO.

ABSTRACT

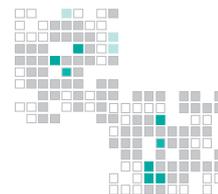
This article relativizes the contemporary concept of *fake news*, showing that its problematic is intrinsic to the history of journalism since its origins. The procedure is that of the history of ideas and considers two scenarios, the European and the American. The first section examines the emergence of the problematic, highlighting its connection with the philosophical question of truth. The second pays attention to the theory of news of the so-called *nouvellistes*. The third examines the conjuncture that led from its aesthetic admissibility to its moral and political questioning during the emergence of modern informative journalism.

KEYWORDS: FAKE NEWS: THEORY; THEORY OF JOURNALISM: FAKE NEWS; HISTORY OF JOURNALISTIC THINKING.

RESUMEN

El artículo relativiza la contemporaneidad del concepto de noticias falsas, mostrando que este tema es intrínseco a la historia del periodismo desde sus orígenes. El procedimiento es el de la historia de las ideas y considera dos escenarios, el europeo y el americano. La primera sección examina la aparición de la problemática, destacando su conexión con la cuestión histórico-filosófica de la verdad. El segundo expone la teoría de las noticias de los llamados *nouvellistes*. El tercero examina la coyuntura que condujo desde su admisibilidad estética a su cuestionamiento moral y político durante el surgimiento del periodismo informativo moderno.

PALABRAS CLAVE: FALSAS NOTICIAS: TEORIA; TEORIA DEL PERIODISMO: FALSAS NOTICIAS; HISTORIA DEL PENSAMIENTO PERIODÍSTICO.



1. Introdução

A falsa notícia levada a público se apresenta em todas as épocas como um fenômeno novo tanto quanto uma aberração moral e política. O principal, todavia, está alhures. A história também nos ensina que a falsa é tão velha e intrínseca à nossa episteme quanto as demais notícias merecedoras de publicidade. A falsa notícia, uma vez surgida, se tornou inerente à vida social da mesma forma que passou a sê-lo a circulação do noticiário legítimo. As queixas a respeito variam de acordo com o momento e o grupo social, em forma e volume, mas é sempre raro alguém não ter, pelo menos, suspeita de sua presença. A categoria bastarda sempre assombra sua irmã legítima, influenciando no fato de a atividade jornalística não ter, até hoje, adquirido plena e total credibilidade em nenhuma sociedade.

Clausewitz ([1832] 1996) expressou um juízo latente na atitude da humanidade moderna diante da imprensa ao afirmar que, na guerra, continuação da vida política por meios militares, “a maior parte das notícias é falsa”. Afinal, as dúvidas sobre a veracidade das informações e os temores relativos ao suposto poderio dos jornais são antigas e repetidas. A curiosidade muito forte que a notícia, verdadeira ou falsa, desperta nas pessoas sempre foi acompanhada de uma má consciência sobre a origem daquela vontade de saber e suas fontes de gratificação.

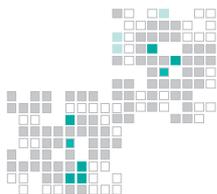
Mark Zuckerberg e sua equipe por certo se surpreenderiam em tomar conhecimento de que o sinal de alerta em relação às “*fake news*” que fizeram soar em abril de 2017 (cf. Caputo, 2017), após a polêmica eleição de Donald Trump, só tinha, de novo, o meio, o cenário e o alcance. Comparável, no que nos interessa neste artigo, à mistificação literária, a categoria surgiu há, pelo menos, cinco séculos, transformou-se em motivo de ansiedade política e debate intelectual a partir de 1900, e atingiu seu auge após a I Guerra Mundial, para reaparecer com plena força e escala glo-

bal na atualidade (McNair, 2017).

Nosso propósito, no que segue, é ilustrar a maneira como se deu a instalação da sua problemática no pensamento ocidental - primeiro na Europa, depois nos Estados Unidos. As *fake news*, no sentido que as entendemos nestas páginas, isto é: na condição de notícias propositalmente falsas levadas a público, se tornaram bem cedo motivo de denúncias, oriundas de todas as partes, que costumam ser vagas, raramente apresentam detalhamentos e, muitas vezes, são simples peças de contrapropaganda (Shibutani, 1966, p. 191). As abordagens acadêmicas, salvo exceções, têm se deixado contaminar por tanto, caindo em discurso que oscila do maniqueísmo ideológico à ingenuidade política e intelectual sobre como funciona a vida social, pela falta de uma perspectiva crítica e histórica a respeito da matéria.

As considerações que seguem, por isso, também visam introduzir tensionamento nas suas aproximações, partindo da hipótese de que, uma vez surgida, a categoria em exame é questão de perspectiva: falsa é sempre a notícia do outro, aquela com que não concordamos. À ciência crítica da cultura não cabe dirimir se uma notícia é verdadeira ou falsa, muito menos estabelecer o que, concretamente, define uma e outra espécie. O sujeito social da falsa notícia é, por razões óbvias, muito mais o seu acusador do que o responsável pela sua criação. O fenômeno necessariamente depende de ponto de vista e se resolve, ou não, através do desenvolvimento de suas circunstâncias, à luz de uma análise crítica e histórica.

Visando questionar os efeitos de poder que, hoje, um discurso mistificador a respeito (Dice, 2017) pode exercer sobre nosso pensamento e assim, indiretamente, sobre nossa ação, quer-se aqui esboçar argumento indicativo de que, se é fato que “a oposição entre verdadeiro e falso” regula nossa “vontade de saber” através dos séculos de maneira “cada vez mais profunda e incontornável” (Foucault, 1971, p. 15-23), este processo,



no jornalismo, não está submetido ao império linear da verdade e, reflexivamente, precisa levar em conta a resistência que a ele opõe a estética ordinária a que o trânsito das notícias paradoxalmente todavia tantas vezes também responde.

Considerando que o jornalismo não está livre das lutas políticas em torno da verdade e das gratificações oferecidas pela mentira, parte-se neste artigo do princípio de que, refletindo a respeito, cabe, acima de tudo, manter a independência intelectual e, amparando-se em uma visão menos ingênua da vida em sociedade, preconizar que há meios menos estereotipados de problematizar o clichê que já se tornou a expressão “*fake news*”.

2. Origens da clivagem entre o falso e o verdadeiro em relação à notícia

Paul Jacob Marperger (1650-1730) foi conhecido polímata alemão, expoente intelectual do cameralismo, uma variante do mercantilismo europeu. Doutrinou sobre dezenas das matérias, não sendo exceção a imprensa (Groth, 1948, p. 35-36). Para ele, às pessoas educadas não podia mais faltar informação precisa e detalhada sobre todos os assuntos, a questão se tornara interesse do estado. Chegara a hora de dar um basta à ignorância civil e, para tanto, conviria que se começasse a combater o que chamou de “disseminadores de falsas notícias” (“*falscher Zeitungen*”) (Marperger, 1726, *apud* Berns, 2014, p. 111).

Ensejara-lhe a convocação o surgimento da especulação bursátil de alcance internacional, em especial o estouro da bolha financeira criminosamente criada pela companhia inglesa Mares do Sul, em 1720 (Rosenhaft, 2017). O fato seria prova de que, ao contrário das aparências, nos periódicos não era seguro nem o noticiário comercial. Tendo arruinado fortunas, provocado prejuízo à economia e levado à prisão parte dos envolvidos, na alavancagem do citado negócio não teria faltado a responsabilidade dos relatos desinformados ou simplesmente fraudulentos, que os ingênuos e

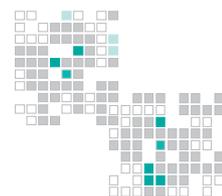
interessados haviam feito circular por várias partes da Europa (cf. Pettegree, 2014, p. 296-299).

Alertando para tanto, Marperger defendeu que a imprensa periódica poderia começar a fazer útil e importante trabalho para seus leitores se, indo além do trabalho de publicação, passasse a observar e distinguir entre o relato bem fundamentado sobre o que comprovadamente ocorre na vida, “a notícia” propriamente dita (“*Zeitung*”), e o resto: “os informes falsos e inventados, que são difundidos maliciosamente por gente mal-intencionada, sem confirmação por parte das pessoas do estado, a fim de causar prejuízo, por má intenção ou, talvez, simples prazer” (Marperger, 1726, *apud* Dovifat 1980, p. 404).

Tudo isso soa hoje estranho, ao nos remeter para cenário de três séculos atrás, mas ao mesmo tempo familiar, já que os termos do problema apresentado, exceto talvez a referência ao estado, são, essencialmente, os nossos ao abordarmos a questão das notícias falsas (cf. McNair, 2017).

Vale, todavia, manter em vista a intervenção do erudito alemão, na medida em que é ela uma primeira sinalização do rompimento com o entendimento muito antigo, mas ainda hoje corrente em muitos círculos sociais, de que o valor dado a uma notícia não é necessariamente função de sua veracidade. Desenvolveu-se com o Ocidente uma história marcada pelo surgimento e crescente centralidade da figura da verdade, que antes da era latina sequer existiria, argumentou Heidegger. De acordo com o pensador, a filosofia grega criara as bases para este acontecimento, mas foi só com sua recepção pelos letrados romanos que se daria sua instauração como referência fundadora de nosso pensamento.

Na origem, prossegue, vigoraria apenas o mito, nem falso, nem verdadeiro. A contraposição entre fato e representação, a nós tão cara, só se consolidou muitíssimo mais tarde. Significa que nem a verdade, nem essa correlação, podem ser pensadas de maneira ingênua. De modo algum



são evidência primeira e inquestionável. Oriunda da época latina, a contraposição citada só adquiriu contornos que hoje ainda pesam sobre nosso pensamento nos tempos modernos, com o advento de o que o filósofo chamou de metafísica da subjetividade. Querer examinar o falso em relação ao verdadeiro no tocante aos fatos, saber sobre sua representação verdadeira não tem como ser dissociado da relação entre sujeito e objeto no âmbito da qual mesmo hoje o assunto segue desenvolvendo suas circunstâncias (Heidegger, 1970).

Fazer referência a Marperger em meio à atual discussão sobre as *fake news* não é, por isso, mero antiquarismo, se considerarmos que o processo resumido acima, contrariamente ao que sugere uma leitura apressada de Heidegger, jamais logrou se impor por inteiro, sempre dependeu da sobrevivência e reprodução de um resto, que o pensamento hegemônico a partir da era moderna, uma era por ele mediada, definiu como irracional e em cujo solo o fenômeno da notícia falsa, em última instância, acha seu respaldo.

3. O noticiário francês - solo histórico da pré-verdade no jornalismo?

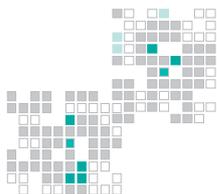
Atualmente, vemos a sociedade sendo mais uma vez chamada a se mobilizar contra as falsas notícias que, traindo a confiança pública, estariam corroendo a democracia, nos jogando numa era de pós-verdade (McIntyre, 2018). As autoridades e organizações, os partidos de todos os matizes incluídos, parecem unidas, estar de acordo que o fenômeno se converteu em praga e que é preciso não poupar esforços para combatê-la. Ocorre que até o início do século 20, o fato de um relato publicado pela imprensa ser ou não verdadeiro, aparentemente não tinha, como ainda hoje em parte, relevância para sua aceitação cotidiana entre vastas camadas da população. Apesar de o cristianismo ter difundido a máxima de que só a verdade pode nos salvar e, assim,

ter feito a mentira virar pecado (Denery, 2014), o interesse pela notícia de jornal surgido entre a humanidade ocidental era, como hoje, embalado por mais de uma motivação.

A preocupação com a verdade estava presente no pensamento melhor articulado, mas ainda não era o principal no tocante ao registro e circulação sociais das notícias. A coincidência existencial da categoria com o relato capaz de agradar o público, satisfazer a sua curiosidade difusa pela vida alheia, pouco importando sua veracidade, era tão ou mais forte que a condenação da frivolidade do noticiário por parte da doutrina moral dominante. A expectativa de que tudo o que é relatado nas notícias seja factualmente apurado, verdadeiro ainda não se instituíra sequer oficialmente, como parece ter se tornado o caso no transcurso do século 20.

Nos primeiros tempos da imprensa, vale a pena notar, falatório legítimo e rumores discutíveis eram vistos como tendo a mesma raiz - eram, ambos, “fama” (Neubauer, 2013; Bacon, [1597] 1946, p. 277-278). Houve era em que o principal em relação à notícia não era o conteúdo de verdade (Pettegree, 2014, p. 253-256). De acordo com Pompe (2012, p. 61-132), os atrativos daquilo a que o termo se aplicava eram tão ou mais relevantes do que sua veracidade. Ainda em meados do século 18, Samuel Johnson reportou os discursos e discussões havidas no parlamento britânico sem pôr os pés nele, apenas com indicações, que elaborava literariamente, sempre com grande popularidade.

Quem se preocupava com a fidelidade dos relatos tanto eram, basicamente, os eruditos e governantes (Bacon, [1597] 1946, p. 71-72). Já em 1676 Carlos II exigia a seus súditos denunciarem “os relatos falsos e escandalosos sobre seu governo ou algum ministro” (Joad, 1989, p. 109). Os primeiros impressos e folhas periódicas só se consideravam veículos da verdade convencionalmente. O fato era que a razão analítica e objetiva



não adquirira hegemonia (Layher, 2008). O relato mesmo importava mais do que os fatos que o motivavam. A exemplo do que ocorria na historiografia, as propriedades do primeiro tinham mais valor do que a realidade dos segundos aos olhos da audiência (cf. Darnton, 2005, p. 40-90).

Funck-Brentano nos dá claro sinal disso em seu célebre estudo sobre a imprensa noticiosa na França até a época da Revolução. Durante este período, em que não se falava em jornalismo, argumenta, a curiosidade do estamento aristocrático criou, com a ajuda da imprensa, uma instituição: o “nouvellisme”. Surgiu nas grandes cidades do reino uma mania que viera para ficar e ensejou a formação de um grupo de “pessoas cuja paixão dominante [era] falar das notícias [nouvelles], seguir lhes solicitando tanto quanto de lhes confessar as dívidas”, como dizia o criador do *Mercure Galante* (1672), Jean Donneau de Visé (*apud* Funck-Brentano, 1905, p. 27-28).

“Para Ben Jonson [‘The staple of the news’, 1626], o interesse pelas notícias [surgido em seu tempo] era uma doença social, uma praga, uma ameaça às regras do discurso com base nos quais os cânones do verdadeiro e do falso há tanto tempo estavam alicerçados” (Loewenstein, 2008, p. 342). Renaudot, Visé e outros assinalam o momento de assimilação desta nova forma literária por parte dos estamentos aristocráticos. Em sua época, fazia mais de um século que o fenômeno da notícia falsa, o relato sobre o que estava distante, tinha sido identificado pelas pessoas notáveis e homens de estado. O tempo ensinara ao homem que a verdade podia servir de senha cotidiana, não havia porque lhe reservar o uso ao erudito e sagrado; era termo passível de emprego para fazer diferenciações na experiência ordinária.

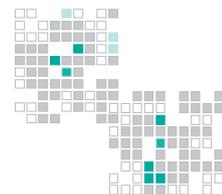
As “gazetas” e “mercúrios”, responsáveis, ao contrário dos “jornais”, pela publicação de notícias não ignoraram esta circunstância, prometendo fazê-lo de acordo com a verdade (Pettegree, 2014, p. 244). As notícias falsas que as autorida-

des, no entanto, sabiam usar quando lhes convinha (Visé *apud* Funck-Brentano, 1905, p. 265) podiam, entre os súditos, incentivar as “sedições internas” e pôr em risco a “paz interna”, como dizia o fundador do primeiro periódico impresso no país, Théophraste Renaudot (Feyel, 2003; Solomon, 1972).

Apesar disso, não havia, na prática, filtro outro em sua publicação (“A Gazeta”, 1631-1762) senão o temor em descontentar as autoridades e o interesse que as notícias que seus informantes enviavam ao seu escritório poderia despertar entre os leitores. A Gazeta não se comprometia a dizer a verdade, mas a tentar se impedir de mentir, “não mentindo mesmo quando relata notícia falsa que lhe foi dada como verdadeira” (Renaudot, [1632], *apud* Feyel, 2003, p. 180; cf. Schonhagen, 2002). Quem dá notícia deve dizer a verdade, visto que só ela é “digna de ser comunicada”, afirmava seu criador, mas, por outro lado, “[este] não pode ser seu fiador” (Renaudot, [1631], *apud* Feyel, 2003, p. 178), porque a notícia, em vez do fato, é apenas o seu relato (cf. Schröder, 2001, p. 141-142; Pettegree, 2014, p. 266).

Os historiadores têm tempo para elaborar os seus, visto que falam de fatos há muito passados. As gazetas e mercúrios, ao contrário, atendem à curiosidade imediata que lhe solicita o público. Os periódicos não publicam fatos, mas, antes, o falatório (“bruits”) a seu respeito. Os editores se limitam a compilar relatos com as notícias que lhe enviam os correspondentes (Renaudot, [1632], *apud* Feyel p. 180; cf. Schröder, 2001, p. 124-127). “Deus não me deu o conhecimento intuitivo ou a mente dos profetas para saber além do que me relatam e ser mais que simples intermediário [de meus informantes]”, dizia Renaudot, ([1639], *apud* Solomon, 1972, p. 124; cf. Depretto, 2010).

Quem chama os gazeteiros de mentirosos, acusa-os de propagar notícias falsas, deveria, em primeiro, se lembrar que suas publicações, malgrado todos os esforços para relatar os fatos



como ocorreram, não têm meios para distinguir de antemão e de maneira cabal entre o que é verdadeiro e o que é falso, se é para não serem vencidas pelo tempo e perderem o interesse para seus leitores (Renaudot, [1631], *apud* Solomon, 1972, p. 127-128). Em segundo, observar que eles dependem do material fornecido por seus informantes e, por isso, “normalmente não semeiam mais notícias falsas do que aqueles que proferem as mais rudes censuras contra [as publicadas pela imprensa]” (Renaudot, [1632], *apud* Feyel, 2003, p. 183). Por fim, entender que, “verdadeiras ou falsas, todas as notícias podem causar desordens”, visto tanto umas quanto as outras, “ao se espalharem entre o povo”, poderem “lhes fazer crer em coisas que dificilmente ele poderia obter apenas com sua imaginação” (Visé, *apud* Funck-Brentano, 1905, p. 264-265).

Contra tanto, isto é: o atendimento da curiosidade imediata e a suscetibilidade à mentira por parte dos noticiários, aos poucos, entretanto, foi crescendo uma oposição literária e filosófica (Pompe, 2012, p. 207-306) que, mesclando-se com a informação de atualidade no final do século 19, daria origem ao jornalismo conforme o entendemos em nosso tempo. O Iluminismo contraditoriamente estabeleceu um laço entre a mentira e a ordem política (Darnton, 2012), postulando que a primeira é resultado da ação direta ou indireta dos autocratas e autoridades tradicionais, um subproduto da ação dos fabricantes da falsa opinião.

Atendeu-se, pois, ao chamamento pré-iluminista de Marperger, submetendo a publicação da notícia ao filtro da apreciação doutrinária. O compromisso com a verdade foi honrado com o esforço, por certo idealizado, de cada jornal ajudar a, competitivamente, ilustrar o cidadão e formar a opinião pública (Pettegree, 2014, p. 269-270; 283-288). Decerto, o problema da notícia falsa não deixou de estar presente (Ploux, 2003), mas caiu para segundo plano, já que era considerado residual, só retornando à baila entre os círculos intelectuais

com as transformações por que passaria o jornalismo a partir do final do século 19.

4. Das fausses nouvelles às fake news

Originou-se do cristianismo a obrigação de, mais que proferir, vivermos, todos, de acordo com a verdade, resumo lexical da palavra sagrada (Denery, 2015). Chegada a era do Iluminismo, a imprensa, é certo, começou a reclamar para si a condição de forma de acesso público ao conhecimento profano e científico. Aos poucos, separaram-se as funções gráfica e editorial dos impressos, aparecendo as primeiras redações, uma outra preocupação com o discurso público.

Anteriormente tateados entre os eruditos (Bernd 2014; Pettegree, 2014, p. 259-261; Schröder, 2001, p. 140-142), os jogos e disputas entre o falso e o verdadeiro em torno da notícia, no entanto, seguiram, na prática, de pouco ou nenhum interesse para as massas e os notáveis. A conveniência de identificar e de separar as categorias no campo da notícia ainda não estava na agenda da maior parte de seus sujeitos (cf. Pokpin, 1990, p. 96-167), até pelo cunho essencialmente doutrinário e propagandístico do qual o jornalismo passou a se revestir naquele período.

Tudo isso, no entanto, mudou com a recolonização da imprensa periódica pela figura da notícia ocorrida no final do século 19. O progresso nas comunicações, o surgimento das agências de notícias e a popularização da imprensa puseram em novo patamar o problema da notícia falsa.

Vinha do maquiavelismo e da doutrina da razão de estado a máxima, posteriormente aplicada à imprensa, segundo a qual as autoridades deviam publicar ou fazer circular as notícias “da maneira que [elas] desejam que o povo as acredite” (Visé, *apud* Funck-Brentano, 1905, p. 265; Schröder, 2001, p. 142). Começando pela revelação do papel do noticiário da imprensa no escândalo do Canal do Panamá e na eclosão da Guerra entre Estados Unidos e Espanha, outra atitude

surgiu com a era liberal e o avanço da democracia. Apareceram novos públicos leitores, viu-se negativamente que o setor privado, por conta ou em associação com os governos, havia adquirido poder político e capacidade de influenciar a opinião pública via o do controle direto da ou em combinação com a imprensa.

Nos Estados Unidos, o termo *fake news* passou a ser usado para referir as invencionices ofertadas ao público pelos jornais, corporações e até sindicatos. Surgiu um intenso debate, marcado pela atitude de denúncia, sobre o “falso jornalismo” que estaria substituindo a imprensa doutrinária oriunda do final do século 18 (Cohen, 2000). De fato, o assunto não era novo: o que, aparentemente, começou a mudar, em meio ao declínio do jornalismo político-partidário ocorrido neste período, foi o seu sentido. Admitindo o juízo de Andie Tucher (2013), teria havido, até o final do século 19, uma tolerância na imprensa tanto quanto entre seus leitores relativamente ao que, no jornalismo, era inequivocamente fantasioso, “*faked story*”: isto é, “a inclusão de detalhes sem importância, que, todavia, servem com muito propósito para embelezar uma notícia”.

Agir assim não significa mentir, devido à sua delicadeza: as linhas gerais de uma matéria falsificada (“faked story”) [pela redação de uma revista ou jornal] devem ser essencialmente verdadeiras. Os detalhes sem importância, cuja serventia é tão somente tornar a história mais pitoresca, mais atraente para o leitor, não podem extrapolar os fatos, devem estar de acordo com o que o [redator] acredita que seja o mais verdadeiro [no relato do repórter ou correspondente] (William Hills, 1887 apud Tucher, 2013, p. 93).

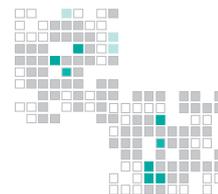
Os jornalistas estavam mais ou menos de acordo que os fatos deveriam ser contados de maneira atraente, virtualmente romanceada, pois esta

era a expectativa da maior parte dos próprios leitores. O jornalismo não seria de todo incompatível com o que outro praticante chamava de “faking”, conquanto este se restringisse à estética da notícia. “O truque em que consiste explorar as partes não-essenciais de um artigo com nossa imaginação é, sem dúvida, um dos mais valiosos segredos da profissão” (Edwin Schuman, [1894], apud Tucher, 2013, p. 95).

J. B. Montgomery-M’Govern, entretanto, nos fornece indicação de que, por esta mesma época, o assunto começou a ser visto de maneira cada vez mais condenável. Adotando o ponto de vista do conservadorismo, ele lamentou o declínio do velho e bom jornalismo, doutrinário, acusando a ocupação do respectivo espaço por um novo, todavia contaminado pela ação interessada dos escritórios de *publicity*, a presença irresponsável de jornalistas *free-lance*, sem preparo, e a incompetência de editores inescrupulosos no manejo da informação, “capazes de dar credibilidade à imaginação de Jules Verne” (Montgomery-M’Govern, 1898, p. 245).

Apesar de, no jornalismo das cidades maiores, já ter se instalado uma atitude dominada pelo empirismo, a preocupação com o proselitismo estar retrocedendo, e assistir-se ao avanço do interesse em conhecer a realidade mais ampla que estava se descortinando com a emergência de uma grande sociedade (Schudson, 1978), marcante neste novo estilo, segundo o contemporâneo, seria sobretudo “a inabilidade em relatar ou descrever os fatos exatamente como ocorreriam” (Montgomery-M’Govern, 1898, p. 248).

“Fake” na esfera do jornalismo significava, em seu ver, portanto, “a publicação de artigos absolutamente falsos” e, pior, “que tendem a enganar um público ignorante ou muito crédulo” (p. 240), porque formado pelas massas trabalhadoras dos grandes centros urbanos. Despachos internacionais forjados nas salas de redação, reportagens fantasiosas sobre fatos e pessoas de existência



duvidosa, matérias pré-fabricadas com o único objetivo de alavancar as vendas do periódico (p. 251): tudo isso era *fake* na imprensa, segundo Montgomery-M'Govern.

Já na outra ponta do espectro ideológico, havia os que acusavam as *fake news* por razões políticas, como revela um livreto mandado publicar pelo militante socialista Max Sherover em 1914. Para ele, “povo algum pode ser livre quando suas fontes de informação: os jornais e revistas, são prostituídos e as notícias e matérias são fabricadas, tingidas ou boicotadas a fim de poderem servir os propósitos de uma classe dominante” (Sherover, 1914, p. 7).

As matérias em desconformidade com os fatos mas, sobretudo, com os interesses da classe trabalhadora, forjadas para proteger as causas patronais em vez de defender o ponto de vista dos assalariados, a maioria da população, eram, em seu ver, *fake news*. O autor as divide em várias categorias, começando por distinguir entre as inofensivas e nocivas, sejam sem ou com cuidado. As preocupantes eram estas últimas, as deliberadamente perversas e calculadas. Elas são manufaturadas com o objetivo de beneficiar os interesses do veículo e seus patrocinadores, através da “criação de alguma opinião pública”.

Antes, os jornais tinham cunho doutrinário, propagavam ideias. Agora, passaram a enganar os seus leitores por meio da falsificação deliberada dos fatos. O resultado é que seus leitores paradoxalmente, por isso, se tornaram mais crédulos. “Os jornais dominaram a arte de mentir a tal ponto que eles podem torcer a verdade de modo a fazer com que a mentira impressione e seja tecnicamente verdade [para seus leitores]” (Sherover, 1914, p. 21).

Apesar de a imprensa de oposição poder desmascarar uma ou outra mentira, a tendência é os leitores persistirem na ilusão, supondo ser a cometida mera exceção, devido ao maior prestígio que os jornais custeados com a publicidade

comercial são capazes de granjear com suas edições melhor cuidadas e redações integradas por jornalistas de renome.

5. Epílogo

Após a I Guerra Mundial, o jornalismo completou ciclo de profissionalização que, aos poucos e de maneira muito desigual, instituiu procedimentos para, entre outros objetivos, prevenir a publicação de notícias falsas (Chalaby, 1998). Tendo saído ainda mais desmoralizado para os setores letrados do que o era antes do conflito (Graux, 1920; Neander, 2013), o negócio, nos países livres, articulou discurso (Schudson, 1978, p. 121-159) e desenvolveu rotinas visando assegurar a objetividade, imparcialidade e equilíbrio do noticiário (Fishman, 1980). Questionadas pela sua participação na criação e difusão de mentiras de guerra, as empresas jornalísticas passaram a investir na ideia de que a notícia era e deveria ser apenas informação, havia e deveriam ser desenvolvidas técnicas e recursos garantindo ao leitor que os fatos podiam ser observados, recolhidos e publicados fielmente, sem juízos de valor ou outras distorções.

Sabe-se bem o quanto isto tudo é ideológico, na medida em que não faltam relatos bem documentados mostrando a falta de todos estes aspectos nos noticiários das empresas jornalísticas, apesar de, também nesta matéria, caber prevenção contra o uso do conceito total de ideologia. Sinal disto nos dá, hoje, a contradição que encarna a luta da classe jornalística, aliada a outras instituições, contra a nova onda ou geração de *fake news*. A objetividade, imparcialidade e equilíbrio de uma notícia ou cobertura jornalística vêm sendo, há décadas, contestadas não apenas por muitos profissionais como por quase todos os estudiosos do jornalismo. O fato de a mídia digital interativa ter aberto vasto espaço para a exploração da notícia por parte de virtualmente todos os sujeitos sociais, todavia, parece estar provocando

reviravolta neste entendimento.

A reflexão teórica e acadêmica aparentemente fechou fileiras com as empresas jornalísticas em contestação às notícias falsas que surgem e se espalham neste novo circuito. Disfarçada com termos como credibilidade, voltou a soar forte entre os acadêmicos a pretensão de verdade factual que o jornalismo, sem sucesso, vem ideologicamente reivindicando para si desde o começo do século passado.

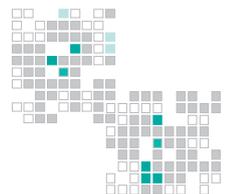
Ocorre, porém, como vimos, que o fato de a notícia sabidamente ser falsa não a impede de ser acolhida e repassada, se a história for boa ou

atender nossos desejos: trata-se de uma evidência cotidiana.

Por isso, a questão que se abre ao jornalismo e seus sujeitos com o atual falatório sobre as *fake news* consiste em saber se deste vozerio sairá uma consciência mais crítica em relação aos limites da verdade na vida pública; ou, com tanto, se dará volta ainda mais apertada no parafuso que, sem levar em conta a vontade de ilusão que igualmente atravessa seu trabalho, pretende garantir abstratamente aos profissionais da informação o monopólio do conhecimento sobre a contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ALDRIN, Philippe. *Sociologie politique des rumeurs*. Paris: PUF, 2005.
- BACON, Francis. *Ensayos*. Buenos Aires: Lautura, 1946.
- BERNS, Jörg. Parteylichkeit and the periodical press. In: MURPHY, Kathryn; TRANINGER, Anita (Orgs.). *The emergence of impartiality*. Leiden: Brill, 2014, p. 87-140.
- CAPUTO, Victor. *10 dicas para identificar notícias falsas*. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/tecnologia/10-dicas-para-identificar-noticias-falsas-segundo-o-facebook/>>. Acesso em: 6 abr. 2017.
- CHALABY, Jean. *The invention of journalism*. Londres: Palgrave, 1998.
- CLAUSEWITZ, Carl. *Da Guerra*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- COHEN, Daniel. *Yellow journalism*. Brokefield: 21th Century Books, 2000.
- COURTINE, Jean (Org.). *A arte da mentira política*. Campinas: Pontes, 2006.
- DARNTON, Robert. *Os dentes falsos de George Washington*. São Paulo: Cia. das Letras, 2005.
- DARNTON, Robert. *O diabo na água benta*. São Paulo: Cia. das Letras, 2012.
- DOVIFAT, Emil. *Política de la información*. Pamplona: Universidad de Navarra, 1980.
- DEPRETTO, Laure. Annoncer l'incertain. *Litteratures classiques*, Toulouse, v. 71, n.1, p. 221-236, 2010.
- DENERY II, Dallas. *The devil wins*. Princeton. Princeton University Press, 2015.
- DICE, Mark. *The true story of fake news*. San Diego: The Resistance Maniesto, 2017.
- FEYEL, Gilles. Aux origines de l'éthique des journalistes. *Les temps des médias*, Paris, v. 1, n. 1, p. 175-189, 2003.
- FISHMAN, Mark. *Manufacturing the news*. Austin: University of Texas Press, 1980.
- FOUCAULT, Michel. *Ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FUNCK-BRENTANO, F. *Les nouvellistes*. Paris: Hachette, 1905.
- GOLDENSTEIN, Tom. *Journalism and truth*. Evanston: Northwestern University Press, 2007.
- GRAUX, Lucien. *Les fausses nouvelles de la grande guerre*. Paris: L'édition française, 1920.
- GROTH, Otto. *Die Geschichte der deutschen Zeitungswissenschaft*. Munique: Konrad Weinmayer, 1948.
- HEIDEGGER, Martin. *Sobre a essência da verdade*. São Paulo: Duas Cidades, 1970.
- JOAD, Raymond. The newspaper, public opinion and the public sphere in the 17th century. In: RAYMOND, Joad (Org.). *News, newspapers and society in early modern Britain*. Londres: Frank Cass, 1989, p. 39-65.
- LAYHER, William. Horrors of the east. *Daphnis*, Leidein, v. 37, n.



- 1-2, p. 11-32, 2008.
- LOEWENSTEIN, John. Penniboy's delight. *Daphnis*, Leiden, v. 37, n. 1-2, p. 333-350, 2008.
- MCINTYRE, Lee. *Post-truth*. Cambridge: MIT Press, 2018.
- MCNAIR, Brian. *Fake news*. Londres: Routledge, 2017.
- NEANDER, Joachim. *The German Corpse Factory*. Saarbrücken: Saarland University Press, 2013.
- NEUBAUER, Hans (2013). *Fama*. Madri: Siruela.
- MONTGOMERY-M'GOVERN, J. (1898). An important phase of gutter journalism – faking. *Arena*, Boston, v. 19, p. 240-253, 1898.
- PETTEGREE, Andrew (2014). *The Invention of news*. Yale University Press, 2014.
- PLOUX, François (2003). *De bouche à oreille*. Paris: Aubier, 2003.
- POMPE, Hedwig. *Famas medium*. Berlim: Walter de Gruyter, 2012.
- POPKIN, Jeremy. *Revolutionary news*. Durhan: Duke University Press, 1990.
- ROXO, Marco. O diabo e o diploma. In: SACRAMENTO, Igor (Org.). *História da comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad, 2014, p. 197-223.
- SCHONHAGEN, Philomen. On The Development of the Impartiality Maxim in German Journalism. In: AUSTRIAN PRESSE AGENTUR (Org.) *The various faces of reality*. Insbruck: Studien, 2002, p. 37-47.
- SCHRÖDER, Thomas. The origins of the German press. In: BARON, Sabrina; DOOLEY, Brendan (Orgs.). *The politics of information in early modern Europe*. Londres: Routledge, 2001, p. 123-150.
- SCHUDSON, Michael. *Discovering the news*. Nova York: Basic Books, 1978.
- SHEROVER, Mark. *Fakes in American journalism*. Nova York: Free Press, 1914.
- SHIBUTANI, Tamotsu. *Improvised News*. Indianapolis: Bobbs-Merrill, 1966.
- SOLOMON, Howard. *Public welfare, science and propaganda in 17th Century France*. Princeton: Princeton University Press, 1972.
- TUCHER, Andie. The True, the False, and the “not exactly lying”. In: CANADA, Mark (Org.) *Literature and Journalism*. New York: Macmillan, 2013, p. 91-118.

